

**FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO  
E  
HUMBERTO HORTA**

**RELATÓRIO E CONTAS  
EXERCÍCIO DE 2017**

## RELATÓRIO DE GESTÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2017

Pela presente, submete-se ao Conselho de Administração o relatório de gestão respeitante ao ano de 2017

1 - Registou-se uma descida no volume de negócios .

A facturação desceu cerca de 1,12% ( pelo facto de estarem mais utentes da Comunidade nos Lares ).

2 - Dos investimentos realizados salientam-se os valores gastos no lar Sagrada Família, aplicados em medidas de maior conforto para os utentes.

3 - Quanto a custos e proveitos contínuos, seguiu-se as políticas contabilísticas preconizadas pelo SNC das IPSS. Julgamos, que o balanço e a demonstração de resultados o justificam claramente, os quais nos permitem uma análise objectiva quer do activo, quer do passivo.

4 - Após o termo do exercício não há factos relevantes a assinalar.

5 - Pela análise da demonstração de resultados verifica-se que o Resultado Líquido do exercício foi negativo em € 7.540,66 ( comparativamente com o ano anterior é de salientar a descida na rubrica “ Ganhos por Aumentos de Justo Valor “ nos Activos Financeiros, e na rubrica “ Juros e Rendimentos Similares Obtidos “

6 - Quanto à evolução previsível da Fundação, espera-se que o incremento das diversas actividades onde a instituição se encontra inserida, seja o previsto com vista à melhoria das condições de mercado e que traduza um valor acrescentado.

Medidas de modernização do nosso sistema foram introduzidas de forma a estarmos devidamente preparados para responder às exigências crescentes que se prevêem. Desta maneira espera-se que a Fundação possa eficientemente acompanhar a expansão previsível da sua actividade - Lar Sagrada Família, possibilidade de reabertura da creche e escola do 1º ciclo e refeitório comunitário, logo que os aspectos burocráticos sejam ultrapassados. Está também projetada a demolição de uma Igreja antiga e construção de uma nova no mesmo local.

7 - Quanto à evolução dos fundos patrimoniais, estes registaram uma descida de 0,41%, justificada pela diminuição na rubrica “ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais “, e pelo “ Resultado Líquido do Período “ negativo .

8 - A Fundação apresenta no exercício de 2017 um prejuízo de € 7.540,66 , o qual propomos a transferência para Resultados Transitados.

12 de Abril de 2018

O Conselho de Administração :



## MAPAS DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

COD	RÚBRICAS	Unid.:Euros							
		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	VENDAS	65 115,08	8,0%	77 492,23	8,4%	81 872,63	9,0%	4 380,40	5,7%
72	PRESTAÇÃO SERVIÇOS	749 544,27	92,0%	844 264,64	91,6%	829 575,66	91,0%	-14 688,98	-1,7%
73	VARIAÇÃO PRODUÇÃO	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
74	TRAB.P/ PRÓPRIA ENTIDADE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	<b>SUBTOTAL I (71+72+73+74)</b>	<b>814 659,35</b>	<b>100,0%</b>	<b>921 756,87</b>	<b>100,0%</b>	<b>911 448,29</b>	<b>100,0%</b>	<b>-10 308,58</b>	<b>-1,1%</b>
61	C.M.V.e M.C.	137 134,52	16,8%	174 262,50	18,9%	171 351,09	18,8%	-2 911,41	-1,7%
	<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>677 524,83</b>	<b>85,3%</b>	<b>747 494,37</b>	<b>81,1%</b>	<b>740 097,20</b>	<b>81,2%</b>	<b>-7 397,17</b>	<b>-1,0%</b>
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	16 952,87	2,1%	15 342,98	1,7%	15 859,37	1,7%	516,39	3,4%
76	REVERSÕES	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
77	GANHOS P/ AUMENTOS JUSTO VALOR	5 550,00	0,7%	26 831,36	2,9%	18 449,48	2,0%	-8 381,88	-31,2%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	67 640,89	8,3%	77 440,08	8,4%	104 273,23	11,4%	26 833,15	34,7%
	<b>SUBTOTAL II (75+76+77+78)</b>	<b>90 143,76</b>	<b>100,1%</b>	<b>119 614,42</b>	<b>13,0%</b>	<b>138 582,08</b>	<b>15,2%</b>	<b>18 967,66</b>	<b>15,9%</b>
	<b>PROVITOS OPERACIONAIS (I + II)</b>	<b>904 803,11</b>	<b>111,1%</b>	<b>1 041 371,29</b>	<b>113,0%</b>	<b>1 050 030,37</b>	<b>115,2%</b>	<b>8 659,08</b>	<b>0,8%</b>
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	285 956,07	35,1%	297 513,38	32,3%	305 078,61	33,5%	7 565,23	2,5%
63	GASTOS COM PESSOAL	350 603,79	43,0%	383 735,76	41,6%	421 963,30	46,3%	38 227,54	10,0%
65	PERDAS POR IMPARIDADE	0,00	0,0%	9 600,00	1,0%	9 720,00	1,1%	120,00	1,3%
66	PERDAS POR REDUÇÃO JUSTO VALOR	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
67	PROVISÕES DO PERÍODO	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	16 763,77	2,1%	6 511,38	0,7%	11 689,02	1,3%	5 177,64	79,5%
	<b>SUBTOTAL III (GASTOS OPERACIONAIS ;61+62+63+66+67+68)</b>	<b>790 458,15</b>	<b>97,0%</b>	<b>871 623,02</b>	<b>94,6%</b>	<b>919 802,02</b>	<b>100,9%</b>	<b>48 179,00</b>	<b>5,5%</b>
	<b>RESULTADO ANTES DEPRECIACÕES E JUROS [EBITDA] I+II-III</b>	<b>114 344,96</b>	<b>14,0%</b>	<b>169 748,27</b>	<b>18,4%</b>	<b>130 228,35</b>	<b>14,3%</b>	<b>-39 519,92</b>	<b>-23,3%</b>
64	GASTOS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	146 545,95	18,0%	137 860,16	15,0%	140 629,10	15,4%	2 768,94	2,0%
	<b>RESULTADOS ANTES JUROS E IMPOSTOS [EBIT;RO]</b>	<b>-32 200,99</b>	<b>-4,0%</b>	<b>31 888,11</b>	<b>3,5%</b>	<b>-10 400,75</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-42 288,86</b>	<b>-132,6%</b>
79	JUROS, DIVIDENDOS E O. RENDIMENTOS SIMILARES	32 952,61	4,0%	10 411,41	1,1%	4 095,49	0,4%	-6 315,92	-60,7%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	6 915,83	0,8%	3 214,34	0,3%	1 235,40	0,1%	-1 978,94	-61,6%
	<b>RESULTADOS ANTES IMPOSTOS [RAI]</b>	<b>-6 164,21</b>	<b>-0,8%</b>	<b>39 085,18</b>	<b>4,2%</b>	<b>-7 540,66</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-46 625,84</b>	<b>-119,3%</b>
812	IMPOSTO S/ RENDIMENTO PERÍODO	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
88	<b>RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO</b>	<b>-6 164,21</b>	<b>-0,8%</b>	<b>39 085,18</b>	<b>4,2%</b>	<b>-7 540,66</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-46 625,84</b>	<b>-119,3%</b>
	<b>CASH-FLOW (RL+IMPARIDADES+DEPRECIACÕES+PROVISÕES)</b>	<b>140 381,74</b>		<b>186 545,34</b>		<b>142 808,44</b>		<b>-43 736,90</b>	<b>-30,6%</b>



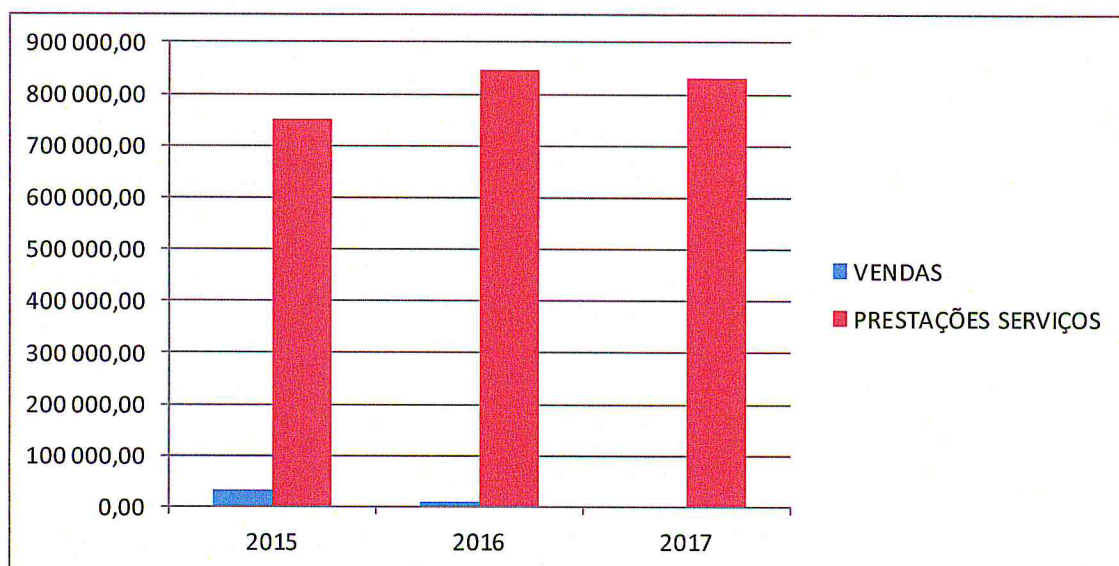
MAPA DE INDICADORES

INDICADORES	FÓRMULAS	2015	2016	2017	VARIAÇÃO (%)
<b>1. FINANCEIROS</b>					
1.1. Fundo de maneo	Cap. permanentes - Investimentos Líquido	886 958	1 069 448	1 443 134	34,9%
1.2. Necessidades cíclicas [a]		1 768 651	1 827 815	1 884 438	3,1%
1.3. Recursos cíclicos [b]		101 664	89 450	148 431	65,9%
1.4. Necessidades fundo maneo	Necessidades cíclicas - Recursos Cíclicos	1 666 987	1 738 366	1 736 007	-0,1%
1.5. Tesouraria (v.absoluto)	Fundo maneo - Nec. fundo maneo	-780 030	-668 918	-292 873	-56,2%
1.7. Relação tesouraria	Fundo maneo / nec. fundo maneo	0,53	0,62	0,83	35,1%
1.8. Liquidez geral	Activo circul. / Déb. c/p	1,99	2,47	4,29	73,6%
1.9. Liquidez reduzida	(Activo circul. - Exist.) / Deb. c/p	1,97	2,45	4,24	73,4%
1.10. Capacidade de endividamento	Cap. próprios / cap. Permanentes	1,00	1,00	0,96	-4,1%
1.11. Cobertura dos Investimentos	Cap. perman. / Invest. Líquido	1,17	1,20	1,28	6,5%
1.12. Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total	0,87	0,90	0,90	0,2%
1.13. Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigível	6,88	8,64	8,84	2,3%
<b>2. ECONÓMICOS</b>					
2.1. Rentab. activo total	(Result.líq. + Enc.financ.) / Activo líq.	-0,2%	0,5%	-0,1%	-124,6%
2.2. Rentab. cap. Próprios	Result. líq. / Cap. Próprios	-0,1%	0,6%	-0,1%	-119,4%
2.3. Margem bruta	(CMVMC)/(Vendas+v.prod.) -1	83,2%	81,1%	81,2%	0,1%
2.4. Rentabilidade vendas	Result. líq. / Vendas	-9,5%	50,4%	-9,2%	-118,3%
2.5. Cash-flow / Vendas	(R. líq. + depre + amort. + prov.) / Vendas	215,6%	240,7%	174,4%	-27,5%
<b>3. FUNCIONAMENTO OU ROTAÇÃO</b>					
3.1. Prazo médio recebimentos	Clientes / (Vendas+Prest.Serviços) X 365	26,2	29,5	32,1	8,5%
3.2. Prazo médio pagamentos	Fornecedores / (Compras+FSE) X 365	28,0	19,2	60,3	213,6%
3.3. Rotação stock mercadorias					
3.3.1. Rotações	Custo merc vend. / stock médio	0,2	0,2	0,0	-90,0%
3.3.2. Prazo méd. amaz.	365 / Rotações	2097,2	1496,0	14908,2	896,6%
<b>4. OUTROS</b>					
VAB		479 509	567 462	571 306	0,7%
Produtividade trabalho	V.A.B. / Efectivo médio	4795,1	5674,6	5713,1	0,7%
Produtividade equipam.	V.A.B./Activos tangíveis	0,1	0,1	0,1	3,2%
Autofinanciamento bruto	R. líq. + depre e amort. + impar + red. just val + prov.	140 382	186 545	142 808	-23,4%
Meios libertos totais	Autofinanc. bruto + enc. Financ.	146 769	189 760	144 027	-24,1%
Encargos Financeiros/Volume Negócios	Gastos e perdas Financeiras/Vendas+Prest.Serviços	0,01	0,00	0,00	-61,1%
Grau Depreciação Activos Tangíveis	Depreciações Acumuladas/Acti. Tangível Bruto	0,20	0,01	0,01	2,5%

VENDAS; PRESTAÇÃO SERVIÇOS

Unid.: €

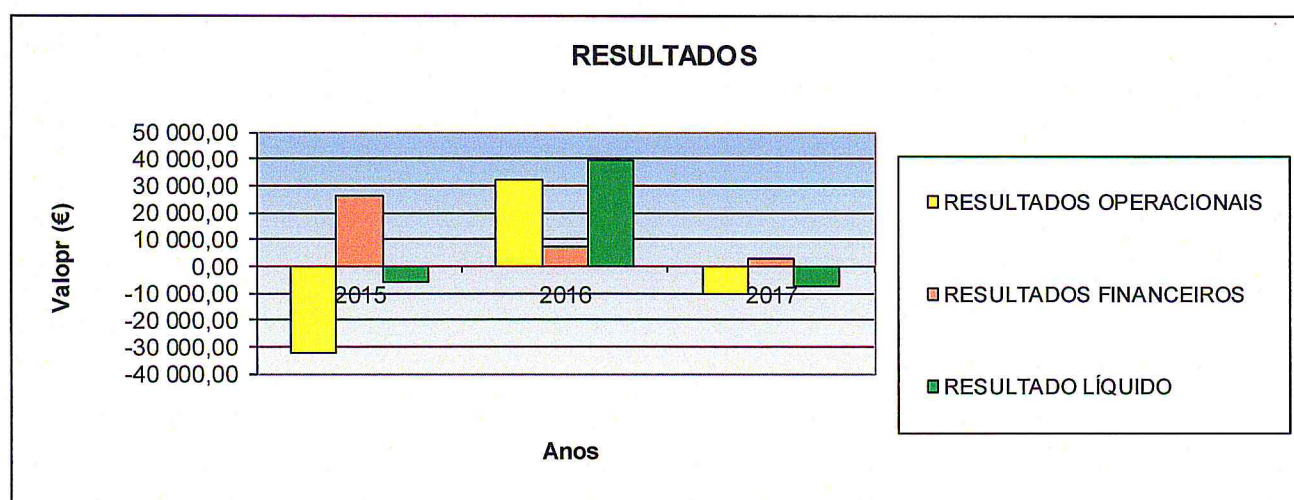
Rúbricas	Anos	2015	2016	2017	VARIACÃO	
					valor	%
VENDAS		32 952,61	10 411,41	4 095,49	-6 315,92	-60,7%
PRESTAÇÕES SERVIÇOS		749 544,27	844 264,64	829 575,66	-14 688,98	-1,7%




RESULTADOS

Unid.: €

Rúbricas	Anos	2015	2016	2017	VARIACÃO	
					valor	%
RESULTADOS OPERACIONAIS		-32 200,99	31 888,11	-10 400,75	-42 288,86	-132,6%
RESULTADOS FINANCEIROS		26 036,78	7 197,07	2 860,09	-4 336,98	-60,3%
RESULTADO LÍQUIDO		-6 164,21	39 085,18	-7 540,66	-46 625,84	-119,3%



INDICADORES FINANCEIROS

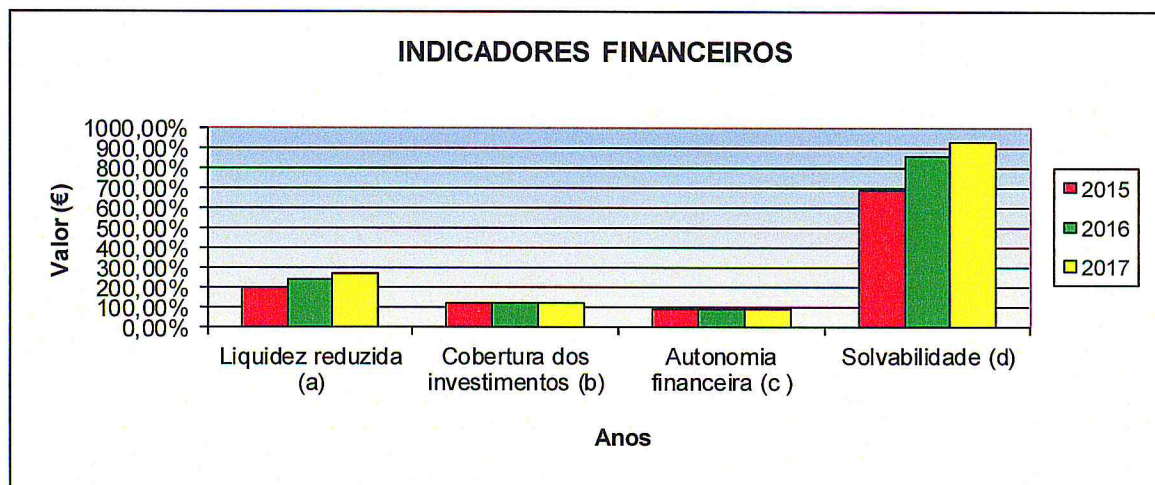
Rúbricas	Anos	2015	2016	2017	
					%
Liquidez reduzida (a)		197,16%	244,74%	271,31%	10,9%
Cobertura dos investimentos (b)		116,80%	120,50%	123,07%	2,1%
Autonomia financeira (c)		87,30%	89,62%	90,27%	0,7%
Solvabilidade (d)		687,65%	863,61%	927,97%	7,5%

(a) = activo circulante / débitos c/ prazo

(c) = capitais próprios / activo total

(b) = capitais permanentes / invest. líquido

(d) = capitais próprios / passivo exigível





## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	9
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	10
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017 .....	11
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	12
• Anexo	
1. Identificação da entidade.....	13
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	13
3. Principais políticas contabilísticas.....	14
4. Ativos fixos tangíveis.....	17
5. Ativos intangíveis .....	18
6. Outros ativos financeiros.....	18
7. Inventários.....	18
8. Créditos a receber.....	19
9. Estado e outros entes públicos .....	19
10. Diferimentos .....	20
11. Outros ativos correntes.....	20
12. Caixa e depósitos bancários .....	20
13. Outras reservas.....	20
14. Resultados transitados.....	20
15. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais .....	21
16. Financiamentos obtidos.....	21
17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes .....	21
18. Fornecedores.....	22
19. Vendas e prestações de serviços.....	22
20. Subsídios à exploração .....	22
21. Custo das vendas.....	23
22. Fornecimentos e serviços externos.....	23
23. Gastos com o pessoal .....	23
24. Outros rendimentos .....	24
25. Outros gastos.....	24
26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	24
27. Aumento /redução de justo valor.....	25
28. Resultados financeiros .....	25
29. Eventos subsequentes.....	25
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....	26



FUNDAÇÃO MARIA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
<b>Activo</b>			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 084 569,90	5 212 497,12
Ativos intangíveis	5	-	3 411,77
Outros créditos e ativos não correntes	6	3 113,16	1 993,85
Total dos Ativos Não Correntes		5 087 683,06	5 217 902,74
Ativo Corrente			
Inventários	7	17 955,23	15 668,66
Créditos a receber	8	165 405,43	149 123,97
Estado e outros entes públicos	9	19 592,54	12 109,17
Diferimentos	10	33 212,74	2 200,93
Outros ativos correntes	11	1 478 756,33	1 469 714,98
Caixa e depósitos bancários	12	167 431,10	170 717,05
Total dos Ativos Correntes		1 882 353,37	1 819 534,76
<b>Total do Ativo</b>		<b>6 970 036,43</b>	<b>7 037 437,50</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Reservas	13	6 106 770,92	6 106 770,92
Resultados transitados	14	146 483,23	107 398,05
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15	15 872,88	34 096,59
		6 269 127,03	6 248 265,56
Resultado líquido do período	-	7 540,66	39 085,18
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>6 261 586,37</b>	<b>6 287 350,74</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos		269 230,77	-
Outras dívidas a pagar		-	-
Total dos Passivos Não Correntes		269 230,77	-
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	79 095,31	24 850,90
Estado e outros entes públicos	9	10 393,17	11 202,34
Financiamentos obtidos	16	109 156,94	481 118,63
Diferimentos		-	-
Outros passivos correntes	17	240 573,87	232 914,89
Total dos Passivos Correntes		439 219,29	750 086,76
<b>Total do Passivo</b>		<b>708 450,06</b>	<b>750 086,76</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>6 970 036,43</b>	<b>7 037 437,50</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Casal Garcia Mogo, 12 de Abril 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ferreira  
Fernando Cordeiro

FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

Demonstração dos Resultados Individuais  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas e serviços prestados	19	911 448,29	921 756,87
Subsídios, doações e legados à exploração	20	15 859,37	15 342,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	- 171 351,09	- 174 262,50
Fornecimentos e serviços externos	22	- 305 078,61	- 297 513,38
Gastos com o pessoal	23	- 421 963,30	- 383 735,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	- 9 720,00	- 9 600,00
Aumentos/reduções de justo valor	27	18 449,48	26 831,36
Outros rendimentos	24	104 273,23	77 440,08
Outros gastos	25	- 11 706,26	- 6 511,38
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>130 211,11</b>	<b>169 748,27</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	- 140 629,10	- 137 860,16
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>- 10 417,99</b>	<b>31 888,11</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		4 095,49	10 411,41
Juros e gastos similares suportados	28	- 1 218,16	- 3 214,34
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>- 7 540,66</b>	<b>39 085,18</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>- 7 540,66</b>	<b>39 085,18</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Casal Garcia Mogo, 12 de Abril de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benilde Pereira  
Fernando Cerdas  
Carla

Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em: 31/dez/2017

Unidade Monetária €

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31/dez/2017	31/dez/2016
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		896 287,48	895 947,09
Pagamentos a fornecedores	-	436 112,27	480 566,56
Pagamentos ao pessoal	-	418 809,31	402 958,27
Caixa gerada pelas operações		41 365,90	12 422,26
Pagamento/recebimentos do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		43 903,24	231 691,17
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		85 269,14	244 113,43
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	-	-	77 598,68
Activos intangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	1 119,31	2 791,79
Outros activos	-	-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		12 676,92	-
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		8 799,48	24 031,36
Subsídios ao Investimento		-	5 349,97
Juros e rendimentos similares		4 095,49	10 411,41
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		24 452,58	40 597,73
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	-	-	49 122,39
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento	-	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-	102 730,92	138 896,38
Juros e gastos similares	-	1 235,40	3 214,34
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- 103 966,32	92 988,33
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		5 755,40	110 527,37
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		1 640 432,03	1 529 904,66
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		1 646 187,43	1 640 432,03



**HE HUBERTO HORTA**  
Relatório e Contas 2017s

FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

## Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2017									
1		-	-	6 106 770,92	107 398,05	-	34 096,59	39 085,18	6 287 350,74
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	39 085,18	-	18 223,71	- 39 085,18	- 18 223,71
2		-	-	-	39 085,18	-	18 223,71	- 39 085,18	- 18 223,71
Resultado Líquido do Período									
3		-	-	-	-	-	-	- 7 540,66	- 7 540,66
Resultado Integral									
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	- 46 625,84	- 25 764,37
Operações com instituidores no período									
Fundos		-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2017									
= 1 + 2 + 3 + 5		-	-	6 106 770,92	146 483,23	-	15 872,88	- 7 540,66	6 261 586,37

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

*Casal Garcia Mogo, 12 de Aril de 2018*

# CONTABILISTA CERTIFICADO

# O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

#### 1. Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos de carácter religioso, criada por iniciativa de Maria da Conceição Mendes Horta e Humberto Rodrigues Lopes Horta, designados de fundadores, com sede em Casal Garcia Mogo, freguesia de Salvador, concelho de Torres Novas.

A fundação tem por objetivos promover e melhorar a condição de vida dos idosos e das crianças que são desprezadas e maltratadas pelos pais e pela sociedade, dignificar a atividade dos educadores através de iniciativas culturais, profissionais, sociais e religiosas.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

##### b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

##### **Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artista e cultural que não são objeto de depreciação, são apresentados no Balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

#### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.



As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

### 3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.6. Crédito a Receber (Clientes/Utentes e outros valores a receber)

As contas de “Clientes/Utentes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

### 3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registrados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registrados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

### 3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registrados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registrados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



#### 4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2017 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	852 714,14			-	-	852 714,14
Edifícios e outras construções	4 870 527,10	74 763,20			-	4 945 290,30
Equipamento básico	171 825,36				-	171 825,36
Equipamento de transporte	183 546,67				-	183 546,67
Equipamento biológico	20 830,00	2 800,00	(7 750,00)	-	-	15 880,00
Equipamento administrativo	38 117,00	-			-	38 117,00
Outros activos fixos tangíveis	275 708,10	2 825,00			-	278 533,10
Investimentos em curso	112 969,62	-			-	112 969,62
	<u>6 526 237,99</u>	<u>80 388,20</u>	<u>(7 750,00)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 598 876,19</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	685 577,12	100 887,64			-	786 464,76
Equipamento básico	147 669,55	3 584,77			-	151 254,32
Equipamento de transporte	182 466,69	360,00			-	182 826,69
Equipamento biológico	-				-	-
Equipamento administrativo	35 866,83	110,70			-	35 977,53
Outros activos fixos tangíveis	197 589,38	29 505,28		-	-	227 094,66
	<u>1 255 054,78</u>	<u>134 448,39</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 383 617,96</u>
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	852 714,14				-	852 714,14
Edifícios e outras construções	4 945 290,30				-	4 945 290,30
Equipamento básico	171 825,36	699,00			-	172 524,36
Equipamento de transporte	183 546,67				-	183 546,67
Equipamento biológico	15 880,00	9 650,00	(3 820,00)		-	21 710,00
Equipamento administrativo	38 117,00				-	38 117,00
Outros activos fixos tangíveis	278 533,10				-	278 533,10
Investimentos em curso	112 969,62				-	112 969,62
	<u>6 598 876,19</u>	<u>10 349,00</u>	<u>(3 820,00)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 605 405,19</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	786 464,76	100 887,64	-	-	-	887 352,40
Equipamento básico	151 254,32	4 283,77	-	-	-	155 538,09
Equipamento de transporte	182 826,69	360,00		-	-	183 186,69
Equipamento biológico	-		-	-	-	-
Equipamento administrativo	35 977,53	110,70	-	-	-	36 088,23
Outros activos fixos tangíveis	227 094,66	31 575,22	-	-	-	258 669,88
	<u>1 383 617,96</u>	<u>137 217,33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 520 835,29</u>

## 5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro 2017				
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade
<b>Bens do Dominio Público</b>					
<b>Outros Activos Intangíveis</b>					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento	17 058,85	-	-	-	-
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-
...					
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
Perda por imparidade	-	-	-	-	-
	<b>18 597,25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	13 647,08	3 411,77	-	-	-
	<b>15 185,48</b>	<b>3 411,77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6. Outros ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros, valorizados ao respetivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	1 993,85	1 290,97
Aquisições no período (a)	1 119,31	702,88
Alienações no período (b)	0,00	0,00
Aumento (diminuição) no justo valor	0,00	0,00
Justo valor a 31 de Dezembro	<b>3 113,16</b>	<b>1 993,85</b>

Relativamente ao saldo desta rubrica, 3.113,16€ são respeitantes ao Fundo de Compensação de Trabalho.

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Mercadorias	17 955,23	15 668,66
Materias primas subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e Trabalhos em curso	-	-
.....	-	-
	<b>17 955,23</b>	<b>15 668,66</b>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<b>17 955,23</b>	<b>15 668,66</b>

## 8. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Créditos a Receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Cientes/Utentes</b>				
Cientes/Utentes conta corrente	-	80 050,70	-	74 609,89
Cientes/Utentes conta títulos a receber	-	-	-	-
Cientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	80 050,70	-	74 609,89
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	80 050,70	-	74 609,89
<b>Adiantamento Fornecedores</b>		36 306,47		36 306,47
<b>Outras contas a receber</b>				
Pessoal	-	-	-	171,25
Fornecedores c/c	-	11 640,41	-	-
Fornecedores Investimento	-	7 968,92	-	7 968,92
Outros	-	29 438,93	-	8 290,73
	-	49 048,26	-	16 430,90
<b>Total Créditos a Receber</b>	-	165 405,43	-	127 347,26

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de utentes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-17
Saldo a 1 de Janeiro	20 000,00
Aumento	9 720,00
Reversão	-
Regularizações	-
	29 720,00

## 9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	19 592,54	12 002,92
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	19 592,54	12 002,92
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 342,64	849,23
Segurança Social	8 830,13	10 048,89
Outros impostos e taxas	220,40	197,97
	10 393,17	11 096,09

## 10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Diferimentos (Activo)</b>		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	2 806,18	2 200,93
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	30 406,56	-
	<u>33 212,74</u>	<u>2 200,93</u>
<b>Diferimentos (Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

## 11. Outros ativos correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, esta rubrica incluía investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Ações	-	979,20	-	240,98
Obrigações e títulos de participação	-	192 108,15	-	214 783,66
Aplicações Tesouraria	-	1 285 668,98	-	1 254 690,34
	-	-	-	-
	-	1 478 756,33	-	1 469 714,98
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	1 500,00	1 500,00
Depósitos à ordem	13 932,71	17 338,96
Depósitos à prazo (i)	151 998,39	151 878,09
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>167 431,10</u>	<u>170 717,05</u>

## 13. Outras reservas

No decorrer do ano esta rubrica manteve o seu saldo em 6.106.770,92€.

## 14. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 12 de Abril de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados, no valor de 39.085,18€.



# 15. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	15 872,88	34 096,59
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>15 872,88</u>	<u>34 096,59</u>

# 16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	269 230,77	76 923,00	-	431 996,24
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	32 233,94	-	49 122,39
Locações financeiras (vi)	-	-	-	-
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	<u>269 230,77</u>	<u>109 156,94</u>	<u>-</u>	<u>481 118,63</u>

(i) Constitui o empréstimo da CGD e do Millennium

# 17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	58 942,51	-	53 502,54
Pessoal	-	2 982,74	-	-
Outras contas a pagar	-	178 648,62	-	179 412,35
	<u>-</u>	<u>240 573,87</u>	<u>-</u>	<u>232 914,89</u>

## 18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	79 095,31	24 850,90
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>79 095,31</b>	<b>24 850,90</b>

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Fornecedores</b>	<b>Fornecedores gerais</b>	<b>Fornecedores gerais</b>
Fornecedores conta corrente	79 095,31	24 850,90
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>79 095,31</b>	<b>24 850,90</b>

## 19. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2017 foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Vendas de mercadorias	81 994,63	77 492,23
Prestação de serviços	829 575,66	844 264,64
	<b>911 570,29</b>	<b>921 756,87</b>

## 20. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Identificar Tipo subsidio	Identificação da Entidade	Demonstração Resultados		Balanço
		Exploração	Outros. Rend. e Ganhos	Diferimentos
Subsídio Exploração				
Estado e outros entes públicos		15 859,37	-	-
		<b>15 859,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 21. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, é detalhado como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total
Custo de vendas	170 939,48	411,61	171 351,09	170 433,64	3 828,86	174 262,50

## 22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	4 865,00	7 373,03
Serviços especializados	102 349,16	91 153,35
Materiais	1 402,37	3 362,56
Energia e fluídos	106 693,07	103 186,87
Deslocações, estadas e transportes	329,05	8,75
Serviços diversos	89 439,96	92 428,82
Comunicação	7 851,35	7 355,72
Limpeza	34 927,84	37 152,93
Outros serviços	49 649,63	47 920,17
	<b>305 078,61</b>	<b>389 942,20</b>

## 23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	17 586,00	17 424,00
Remunerações do pessoal	217 817,50	191 350,68
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	70 701,90	64 668,55
Seguros	3 185,72	2 763,36
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	112 672,18	107 529,17
	<b>421 963,30</b>	<b>383 735,76</b>



## 24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	1 310,85	1 249,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	84,22
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos em investimentos não financeiros	12 317,03	3 590,10
Outros rendimentos	90 645,35	72 516,63
	<b>104 273,23</b>	<b>77 440,08</b>

## 25. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	2 294,59	2 133,33
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Gastos em inventários	-	-
Gastos em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos nos restantes activos financeiros	-	2 088,91
Gastos em investimentos não financeiros	-	-
Outros gastos	9 411,67	2 289,14
	<b>11 706,26</b>	<b>6 511,38</b>

## 26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	137 217,33	-	137 217,33	134 448,39	-	134 448,39
Activos intangíveis	3 411,77	-	3 411,77	3 411,77	-	3 411,77
	<b>140 629,10</b>	<b>-</b>	<b>140 629,10</b>	<b>137 860,16</b>	<b>-</b>	<b>137 860,16</b>

## 27. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, o detalhe desta rubrica era segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	8 799,48	-	8 799,48	24 031,36	-	24 031,36
Em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Em activos biológicos	9 650,00	-	9 650,00	2 800,00	-	2 800,00
	<b>18 449,48</b>	<b>-</b>	<b>18 449,48</b>	<b>26 831,36</b>	<b>-</b>	<b>26 831,36</b>

## 28. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	4 095,46	10 411,41
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>4 095,46</b>	<b>10 411,41</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 218,16	3 214,34
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	-	-
	<b>1 218,16</b>	<b>3 214,34</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>2 877,30</b>	<b>7 197,07</b>

Os juros e rendimentos similares obtidos são reativos a aplicações financeiras e depósitos bancários

## 29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casal Garcia Mogo, 12 de Abril de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Carla Fonseca*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Fernando Pereira*  
*Fernando Cedeira*  
*[Assinatura]*